

A inserção do Serviço Social no trabalho Cooperativista e na Economia Solidária

Caroline Goerck¹
Caroline Santos da Rosa²

Resumo: O presente artigo problematiza considerações referentes ao processo de transformação no mundo do trabalho. Considera-se que a partir dessas transformações a classe operaria passa buscar alternativas de geração de trabalho e renda, por meio do Cooperativismo no século XVIII e XIX e pela Economia Solidária no final do século XX e início do século XXI enquanto garantia de sobrevivência. Nesse sentido surge uma nova possibilidade de inserção dos profissionais no Serviço Social como mediadores das categorias capital e trabalho por meio do cooperativismo e economia solidária.

Palavras chaves: Cooperativismo, Economia Solidária e Serviço Social.

ABSTRACT: This article discusses considerations for the transformation process in the workplace. It is considered that these changes from the working class is to seek alternative employment and income generation through the Cooperative in the eighteenth and nineteenth century and the Solidarity Economy in the late twentieth and early twenty-first century as a guarantee of survival. In this sense there is a new possibility of inclusion of professionals in social work as intermediaries of capital and labor categories through the cooperative and solidarity economy.

Keywords: Cooperative, Solidarity Economy and Social Service.

Transformações no mundo do trabalho e o Serviço Social

O assistente social é um dos profissionais que acaba articulando sua prática interventiva no seio das relações sociais, para dar conta de todas as divergências que acabam acontecendo no meio social, utiliza-se dos eixos: ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico para atender seus usuários, que são os que mais sofrem as consequências do desenvolvimento econômico. Destaca-se que:

Toda essa transformação não ocorreu de imediato, podem-se verificar mudanças nas estruturas da formação da classe trabalhadora desde a primeira onda de industrialização no século XIX, transformando o modo de produção. Essas mudanças seguem com outras revoluções industriais, como em 1930,

¹ Doutora em Serviço Social pela PUC-RS e docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria.

² Assistente Social na Prefeitura Municipal de Santo Ângelo e discente do curso de Especialização em Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar na Universidade Federal do Pampa.

no caso brasileiro tem-se o que aconteceu anteriormente em outros países. Necessitou-se de novas alternativas na organização do trabalho e da produção, surgindo novas tecnologias e a administração científica do trabalho liderado por Frederick Winslow Taylor e Henri Ford. Porém, o período da história que proporcionou as alterações no mundo do trabalho coletivo com maior intensidade se deu, em especial, a partir da década de 70 do século XX, em uma das crises cíclicas do capital, com a necessidade de retomar seu acúmulo (GAVIRAGHI, 2010, p.21).

A primeira etapa da transformação do mundo do trabalho parte da adoção do modelo econômico chamado de Taylorismo, que surge como uma nova cultura do trabalho na passagem do século XIX para o século XX, nos Estados Unidos, sendo seu principal objetivo eliminar o trabalho manual.

De acordo com Antunes (2003), com o Taylorismo a gerência científica passou a controlar os modos e tempos da produção, bem como os rendimentos da força de trabalho, estabelecendo uma estrutura distante entre a gerência e os trabalhadores.

Segundo Goerck (2006), a idéia de Taylor, por meio de sua administração científica do trabalho, esteve sempre ligada a procura em aumentar ao máximo a produção, para então conseguir impor como modelo nas grandes fábricas a divisão do trabalho e utilizando-se de máquinas não mais a vapor, mas por meio de petróleo e da eletricidade.

Tratava-se de uma produção altamente cronometrada, com ritmo controlado e uma produção homogênea (ANTUNES, 2003). Segundo Gaviraghi (2010), a partir do Fordismo, que se originou a partir de Henry Ford, os processos de trabalhos deveriam ser fragmentados em razão da reorganização e administração científica do trabalho, e as atividades produtivas tinham que ser sincronizadas e unificadas; o trabalhador teria que se deter ao máximo em apenas uma atividade (ANTUNES, 2003).

Segundo Antunes (2003), nos ideais de Henry Ford a produção deveria ser em massa, assim como o consumo. Nesse sentido, implantou a linha de montagem em indústrias automobilísticas, atrelada nas esteiras rolantes, assim passou a ter as mercadorias padronizadas, em massa e os produtos passaram a ser mais homogêneos. Segundo Antunes (2003), o fordismo é fundamentalmente a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo do século XX. Com a fragmentação dos processos de trabalho obteve-se a separação entre a elaboração e a execução deste.

Segundo Goerck (2006), o Fordismo desenvolveu-se num processo contínuo da produção, que agregou a produtividade ao consumo e, conseqüentemente, passou a dispor de estoques mínimos de mercadorias. Dessa forma, o taylorismo caracteriza-se pela racionalização científica do trabalho onde pode ser visto em pequenas e médias empresas.

O fordismo caracteriza-se pela adoção de uma nova forma de organização nos processos de trabalho. É preciso ter claro que são processos que, gradualmente, foram conquistados em contextos diferentes, mas que tinham uma única finalidade: expandir o capital. Os modelos de produção taylorista e fordista foram dominantes até a década de 70 do século XX (ANTUNES, 2003).

De acordo com Antunes (2003), na década de 80, teve-se, nos países com capitalismo avançado, novas e intensas modificações no mundo do trabalho, no que diz respeito às formas de inserção na estrutura produtiva, nos modelos de representação sindical e também política, sendo a classe trabalhadora quem mais sentiu essas transformações.

Uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se no mundo da produção um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (ANTUNES, 2003, p. 24).

Nesse sentido, entra em cena o toyotismo, ou seja, terceira revolução industrial, que não só se articula com o modelo fordista predominante em várias partes do capitalismo globalizado, como o substitui objetivando a especialização flexível por meio de novas formas de produção, como a busca por Círculos de Controle de Qualidade, gestão participativa e busca de Qualidade Total (ANTUNES, 2003).

Com a III Revolução industrial inaugurando o novo modelo, ocorreram novas transformações no mundo do trabalho e a classe trabalhadora, entre o final do século XX e início do século XXI, novamente sofre profundas modificações nos processos de trabalho, ocasionando uma aguda crise (ANTUNES, 2003).

Com o toyotismo ocorreram transformações nos meios de produção, em razão da revolução microeletrônica, com a chegada de uma nova forma de automação, robótica e

mecanização, houve maior flexibilização nos processos de trabalho, inserção de novos setores produtivos, e a terceirização dos serviços – os produtos passaram a ser encomendados ou negociados com o consumidor, entre outros (DEDECA, 2000).

Segundo Goerck (2009), os três modelos de produção – Taylorista, Fordista e Toyotista – tornam-se responsáveis pela exploração, alienação e alarmante desigualdade social, afetando o contexto social, político e econômico e, conseqüentemente, as relações sociais. Ressalta-se que:

A transformação estrutural, denominada de reestruturação produtiva do capital se incrementou com as vitórias do neoliberalismo, um novo receituário, um novo desenho ideo-político que se tornou uma opção de substituição do *Welfare State* (GAVIRAGHI, 2010, p.28).

Segundo Goerck (2006), nesse contexto na Inglaterra e nos EUA, agentes como Margaret Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente, “implementaram uma política respaldada no aporte teórico neoliberal” (GOERCK, 2006, p. 48), que mudou e vem reestruturando significativamente as relações políticas, econômicas e sociais na sociedade. Com todas as modificações no que diz respeito à transformação no mundo do trabalho e suas conseqüências como globalização, desemprego e reestruturação produtiva, esse modelo possui um único objetivo, ou seja, ampliar a acumulação capitalista e promover invisivelmente a desigualdade social.

O processo de reestruturação produtiva é caracterizado pelo fato de a “automação e a robotização provocarem um grande incremento na produtividade e na riqueza social, reduzindo de forma espetacular a demanda de trabalho humano, afetando populações inteiras” (OLIVEIRA, 1996, p. 177). Com a diminuição dos postos de trabalho obteve-se uma demanda maior na sociedade, o desemprego tornou-se alarmante, e as medidas de prevenção e intervenção estatal, com o neoliberalismo tomando conta da economia, tornaram-se mínimas.

Com a reestruturação dos processos de produção, foram sendo implantadas medidas neoliberais que deram ênfase às privatizações do setor produtivo estatal e a terceirização do setor público e aumento do mercado livre (POCHMANN, 2004), afetando as políticas sociais e a intervenção do Estado no contexto social. O neoliberalismo é um modelo econômico que viabiliza o desaparecimento da intervenção

estatal, prevalecendo apenas o mercado. Segundo Iamamoto (2008), com o ideário neoliberal obteve-se transformações não só na economia, mas também nas relações sociais, em virtude do seu grande impacto na sociedade.

Com a aceleração do capital globalizado fundamenta-se um novo contexto político e econômico, mundialmente privilegiado, que se beneficia dos ganhos financeiros em escala planetária. Para isso, o fundo público tornou-se chave de uma vez da repartição de renda entre os detentores dos direitos da riqueza financeirizada, e os dependentes das políticas sociais nacionais despossuídos do caráter universal para a focalização assistencial (POCHMANN, 2010).

A partir do modelo neoliberal instituiu-se o Consenso de Washington³ como meio de planejar as políticas sociais, cuja intenção defendia:

[...] ajustar as economias dos países que são periféricos às novas exigências em relação a países centrais com o processo de reestruturação produtiva e também reordenar os mercados internacionais [...] (DRUCK, 1999, p. 23).

A partir do Consenso de Washington, obtiveram-se medidas que reforçavam a acumulação capitalista, por meio da visão neoliberal, a qual não aceitava a intervenção do Estado na economia. De acordo com Couto (2006), no Brasil, as medidas neoliberais foram adotadas a partir dos governos de Fernando Collor de Mello, que se manteve no governo entre 1990 a 1992 e Fernando Henrique Cardoso, que governou entre 1995 a 2002. Assim se pode salientar que, com a minimização do Estado, medidas neoliberais, reestruturação produtiva e globalização, resultaram no avanço das expressões da questão social em todos os sentidos e áreas.

Pois a população pobre e menos favorecida, tornou-se totalmente esquecida e sem as devidas intervenções políticas que lhe eram cabíveis, por isso torna-se relevante explicar a respeito da globalização, que se tornou um dos motivos para aumento

³ O consenso de Washington visava tomar medidas que regulasse o Estado, através de suas propostas, abrangia as seguintes disciplinas: fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, investimento direto estrangeiro, privatização, e, por fim, a desregulação e propriedade intelectual. Essas idéias podem ser reduzidas a dois pontos, que é reduzir o papel do Estado e abrir a economia, sempre em nome do mercado auto-regulável (TEIXEIRA, 1996, p. 225).

crescente do desemprego, pois as máquinas passam a ocupar os espaços de trabalho. A globalização teve sua intensificação nos anos 90 do século XX, sendo constituída pela:

[...] mundialização dos mercados; dinamização do mercado mundial; acumulação flexível; liderança econômica dos grandes bancos e empresas transnacionais; revolução tecnológica; implementação do referencial teórico neoliberal nas políticas econômicas e sociais; e subordinação dos países periféricos (GOERCK, 2006, p. 31).

Sendo assim, o capital intensifica-se em âmbito mundial, acarretando mudanças na formação da sociedade e da fábrica global, rompendo com os mercados nacionais e regionais (IANNI, 1999). Além da extinção dos postos de trabalho, a globalização desregulada pode fazer com que a exclusão social se torne uma ferramenta de acumulação pelo capital (POCHMANN, 2004). Dessa forma, o desemprego, no final do século XX e início do século XXI, não é excepcionalmente constatado pela carência de atividades laborais e precariedade das relações assalariadas, mas também se decompôs num fator explicativo de problemas e tendências da transformação econômica e social (GOERCK, 2009).

A partir da III Revolução Industrial, as pessoas acabam perdendo seus espaços de trabalho, em consequência do avanço incontrolável das novas tecnologias, responsáveis pelo grande exército de reserva⁴ que acabou se acumulando na sociedade, ou seja, as máquinas passaram a ocupar os espaços de trabalho. Segundo Pochmann (2010), em 1998 e 1999, teve-se a desaceleração econômica e resultou na ampliação do desemprego. Na ausência de trabalho para todos, foram sendo constituídas as condições políticas necessárias à acomodação da oferta de mão de obra, com garantia de renda compatível à quantidade e qualidade da demanda econômica de trabalhadores (POCHAMANN, 2010). Enfatiza-se que:

As crises cíclicas do capital vão influenciando diretamente na promoção de desemprego, crises estas que se apresentam em setores isolados que se expandem através, principalmente, da globalização, agravam as desigualdades sociais, ampliando também o número de pessoas que

⁴ O exército de reserva refere-se a um fenômeno global. Nos países subordinados, acaba sendo reconhecido como pessoas que estão em condições perfeitas de ação, mas em situação totalmente irregular, ou até mesmo sem ocupação nenhuma, ocasionando diversos postos de desemprego.

necessitam encontrar formas alternativas de geração de renda (GAVIRAGHI, 2010, p. 39).

Sobre crise cíclica do capital pode-se percebê-la na crise do capital globalizado de 2008, cujo início deu-se nos Estados Unidos, em razão do setor imobiliário e, no ano seguinte, acabou alastrando-se para os outros países, revelando que a crise na economia de um país acaba afetando os demais. De acordo com Pochmann (2010), a partir dessa crise, a polarização entre ricos e pobres tendeu a ser acomodada por medidas funcionais: simultaneamente a pobreza e a riqueza. Mas isso, contudo, foi obstaculizado pelo aprofundamento da crise do capital globalizado em 2008.

Durante a década de 90 as crises foram respondidas por reformas liberalizantes que geraram a ilusão de que o menos não significaria mais pobreza. No período atual, percebe-se a manifestação de certa confluência espontânea em torno da adoção de políticas anti-crise, que procuram defender e promover a produção e o emprego em praticamente todos os países (POCHMANN, 2010), diferenciando-se das medidas que eram adotadas pelo Consenso de Washington.

Nos últimos cinco anos, o Brasil registrou uma importante inflexão na trajetória socioeconômica que vinha sendo percorrida desde a crise da dívida externa 1981-83. Tanto assim que ao longo de todo o século 20, o período neoliberal foi o de o pior desempenho econômico e social, quando a renda per capita manteve-se praticamente estagnada, a distribuição da renda nacional tornou-se mais concentrada, a inflação atingiu patamares inaceitáveis, o endividamento público era crescente e a inserção internacional regressiva (POCHAMANN, 2010, p. 131-132).

Em síntese, a combinação positiva do crescimento econômico com a inclusão social potencializa por medidas de políticas públicas de incorporação de mais de duas dezenas de milhares de brasileiros ao padrão de consumo em massa. Isto significa a importância da intervenção do Estado na economia e não a minimização, que alastra além do capital a desigualdade social (POCHMANN, 2010).

Nesse contexto, no qual o neoliberalismo ainda é predominante no ideário econômico, mesmo que ainda haja resistências sobre ele, as conseqüências são claramente visíveis; as classes menos favorecidas do sistema são as que mais sofrem, acirrando cada vez mais as desigualdades sociais, quem detém o capital, vê seu

crescimento e quem não o possui fica cada vez mais distante de conseguir as condições básicas para sua subsistência.

O desemprego aumenta o exército de reserva, pois nas grandes fábricas e indústrias o que predomina no quadro de trabalhadores são as máquinas. A partir dessas condições encontra-se a importância da economia solidária, como uma forma de resistência ao atual sistema capitalista, caracterizando-se como uma forma de gerar trabalho e renda para quem está excluído dos padrões capitalistas e nos espaços formais de trabalho.

De acordo com Singer (2002), a economia solidária nasce posteriormente ao capitalismo industrial, resultante do alarmante empobrecimento dos artesões, em razão da propagação das máquinas e da organização fabril destas, porém na época denominou-se de cooperativismo.

A Grã-Bretanha foi a pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno. A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar (SINGER, 2002, p. 24).

Diante da precariedade das condições e relações de trabalho, bem como da exploração dos trabalhadores pelos detentores dos meios de produção, existentes entre os séculos XVIII e XIX na Europa, emergiu um novo modo de organizar e sistematizar o trabalho chamado de cooperativismo. Entre esses séculos predominava o liberalismo e como meio de resistência da classe trabalhadora perante o liberalismo econômico, surgiu o cooperativismo, com maior repercussão na Inglaterra e França diante da consolidação industrial (GOERCK, 2006).

Segundo Goerck (2006), a substituição dos sujeitos pelas máquinas acarretou um elevado índice de desemprego e uma crescente exploração dos trabalhadores, entre eles o trabalho infantil e o feminino. Nesse cenário, os direitos trabalhistas não existiam e o que predominava era a exploração em massa; crianças e adultos trabalhavam até 16 horas diárias.

Com o desenvolvimento exacerbado do capital e os meios de produção, as condições de trabalho eram as que menos importava para os contratantes, pois o que prevalecia era a produção e, conseqüentemente, a mais valia. Com isto surge, entre os séculos XVIII e XIX, a II Revolução Industrial. Segundo Goerck (2006), foi desencadeada com o surgimento dos setores de transporte, comunicação, produção em série, o uso do aço e a invenção e utilização de novos meios de adquirir energia.

Com os resultados da I e II Revolução Industrial, que acabou por acirrar gravemente os processos de trabalho, o ser humano foi banalizado, no que diz respeito aos seus limites de trabalho e também no setor segurança. Sob essas condições e decepcionados com as condições propostas pelos capitalistas, os trabalhadores acabaram se rebelando contra o capitalismo, formando as primeiras organizações corporativas e associativistas.

Pode-se salientar que nesse cenário de mudança o cooperativismo nasceu como forma de resistência ao modo de produção capitalista que acarretou desemprego e exploração. Em razão da exploração contida na época, havia industriais mais esclarecidos que começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores, entre eles destacou-se o britânico Robert Owem, “que viveu entre 1771 e 1888, um dos principais, se não o principal responsável pelo desenvolvimento da ideologia cooperativista” (GAVIRAGHI, 2010, p.41).

Owem defendia a idéia de que deveria ser distribuída a sobra das riquezas nas sociedades humanas, como também idealizava a melhora na educação e uma democrática reforma social. Era contra o lucro e a concorrência, pois considerava ambos responsáveis pela desigualdade no meio social, este teve forte influência nos Pioneiros de Rochdale (SINGER, 2002).

Os primeiros atores que adotaram o cooperativismo como modo de organização sonhavam com uma sociedade mais justa e igualitária, princípios que se diferenciavam do modo de produção capitalista, sob o qual o trabalho se desenvolvia por meio de fragmentação e setores. Um marco simbólico para o cooperativismo é a cooperativa de Rochdale, fundada em 1844, na Inglaterra. (HUGON, 1980; apud GOERCK, 2006).

Essa cooperativa fundou-se em resposta a uma greve dos trabalhadores que reivindicavam melhores condições de trabalho e salário. Em virtude da manifestação, dez trabalhadores foram demitidos (GOERCK, 2006). Em razão do acontecido, esses

trabalhadores uniram-se e formaram uma cooperativa como alternativa de geração de trabalho e renda que fosse auxiliar nas suas sobrevivências, a partir daí deram início às primeiras reuniões. (GOERCK, 2006). A Cooperativa de Rochdale também elaborou os sete princípios que futuramente passaram a nortear o cooperativismo, designados como:

Adesão livre, (livre entrada e saída do cooperado); gestão democrática (cada cooperado tem direito a um voto, não dependendo da quantidade de capital investido); taxa limitada de juros ao capital (as cooperativas não podem cobrar juros elevados sobre o capital investido, para os novos cooperados); distribuição de sobras equivalentes (as sobras pertencem aos cooperados e podem ser distribuídas de forma igualitária aos associados e aplicar menos 10% à cooperativa); neutralidade social e política (os integrantes da cooperativa não podem discriminar sobre nenhum aspecto os cooperados e impedir a adesão de novos cooperados); ativa cooperação entre as cooperativas (integração entre cooperativas locais, nacionais e internacionais) e Educação, capacitação e informação (constituição de um fundo para educação e capacitação dos cooperados) (RECH, 1991 apud GOERCK, 2006 p. 39).

A partir desse embasamento, nota-se que o cooperativismo surgiu como uma forma de resistência ao modo de produção capitalista, em que os próprios trabalhadores tiveram que achar uma alternativa inovadora que suprisse suas necessidades de forma democrática, já que o modo de produção capitalista não conseguia inserir todos os sujeitos aptos e não aptos ao trabalho, por meio de idéias chamadas por muitos estudiosos como utópicas, por terem interesses antagônicos ao capitalismo monopolista, norteadas por uma visão igualitária e democrática.

O cooperativismo no Brasil nasceu como forte influência dos países europeus, “é a partir de 1932, com o decreto nº 22.239, durante o governo de Getúlio Vargas, que surge a primeira Legislação Cooperativista” (GOERCK, 2006, p. 41). Porém, segundo Goerck (2006), existem registros de trabalhos coletivos, no País, desde 1.610, a partir das primeiras Reduções jesuíticas, presentes no Rio Grande do Sul.

Os imigrantes italianos e germânicos trouxeram suas experiências européias, relacionadas ao cooperativismo e implantaram seus princípios em várias comunidades gaúchas. No Rio Grande do Sul, destacam-se as cooperativas de crédito e agrícola, entre 1940 e 1970 (GOERCK, 2006).

A partir da década de 80, o cenário mundial estabelece um novo cenário econômico na sociedade, no qual o processo e meios de produção e a própria relação

social está diferenciada, acarretando aumento das expressões da questão social e, conseqüentemente, o ser humano continua sendo explorado e banalizado, porém, com direitos trabalhistas garantidos em lei, contudo, só podem gozar aqueles que possuem condições de mantê-los ou que estão dentro do mercado formal de trabalho.

Porém, há um número elevado de pessoas que se encontram excluídas do mercado formal de trabalho e que não possuem condições de subsistências e muitos menos de garantir os direitos trabalhistas. Dessa forma, cabe ao Estado prover condições de estabilidade para quem não possui, porém como o estado não consegue dar conta de toda essa população cabe aos próprios sujeitos criarem alternativas de geração de trabalho e renda.

Frente ao grande número de pessoas que sofrem com as refrações da questão social, em destaque os desempregados, os pobres e excluídos socialmente, reaparece o trabalho coletivo como fonte alternativa de geração de trabalho e renda, no qual o cooperativismo está presente. A Economia Solidária reaparece na sociedade, no Brasil, principalmente em meados da década de 90 do século XX, como uma forma diferenciada de geração de trabalho e renda (GAVIRAGHI, 2010, p. 43).

De acordo com as considerações que o autor aborda, a Economia Solidária reapareceu em consequência da crise do capital e do desemprego e traz em suas bases e origem histórica o – cooperativismo - , que surgiu:

[...] diante da precariedade das condições e das relações de trabalho, bem como da exploração dos trabalhadores pelos detentores dos meios de produção, existentes entre os séculos XVIII e XIX na Europa (GOERCK, 2006, p. 9).

As cooperativas podem ou não fazer parte da Economia Solidaria, pois podem adotar os princípios que a regem ou podem tornar-se copergatos⁵, segundo Pinho (2004), as cooperativas que fazem parte da Economia Solidária são as populares ou sociais, formadas por pessoas ou encontram-se em situação de vulnerabilidade econômica ou possuem alguma deficiência.

⁵ São chamadas de copergatos por as cooperativas “não regerem-se pelos valores autogestionários clássicos do cooperativismo e visam escamotear as relações de trabalho por relações de serviços” (BARBOSA, 2007, p. 80).

Segundo os pesquisadores e os adeptos à causa da Economia Solidária, ela não se resume ao cooperativismo, mas esse é a sua forma principal, pois tem fundamentos éticos de organização e uma tradição histórica. Nesta perspectiva, a Economia Solidária vai além, portanto do cooperativismo, abrangendo outras formas de organização econômica, mas com a mesma orientação igualitária e democrática (SOUZA, 2003, p. 38).

A Economia Solidária vem a ser uma forma de organização coletiva, que não visa apenas à geração de trabalho e renda, mas também a ações coletivas de resistência ao capitalismo, diferentemente do cooperativismo os estudos sobre esta são bem mais recentes que os do cooperativismo, além disto, nem sempre as cooperativas vão ao encontro da Economia Solidária, pois além da institucionalização deve haver solidariedade, autogestão, entre outros princípios.

De acordo com Frantz (2006), para gestão de uma cooperativa basear-se na Economia Solidária esta deve seguir os seguintes preceitos:

[...] pelo menos ter mínima compreensão do que seja o movimento cooperativo moderno ou de que seja um empreendimento de Economia Solidária; ter conhecimento do que seja uma cooperativa e do que seja Economia Solidária; ter clareza quanto a validade, necessidade e importância da cooperação; conhecer os principais desafios do contexto externo à organização (FRANTZ, 2006, p. 13).

O projeto de uma economia cooperativa solidária oferece uma nova oportunidade de luta em favor de um futuro mais confiante, com novas oportunidades de inclusão social (FRANTZ, 2006). A Economia Solidária está entre as formas encontradas por esses atores inseridos no cooperativismo, de geração de trabalho e renda.

Reportar-se que o cooperativismo é a base da Economia Solidária, constituindo-se em um processo que gradualmente foi se condensando e, hoje, abrange variadas manifestações coletivas, que podem ou não ser de geração de trabalho e renda, mas adotam princípios que vão ao encontro da solidariedade, democracia, justiça social, preservação do meio ambiente e cooperação, são ideais que se contrapõem ao modo de produção capitalista. E as cooperativas podem ou não guiar esses princípios, pois em

alguns casos aproveitam o trabalho coletivo para precarizar o trabalho, atitude que não faz parte da Economia Solidária.

A Economia Solidária constitui-se numa das formas de os sujeitos se contrapor ao sistema atual, seja por meio dos princípios que os trabalhadores inseridos nestes empreendimentos estão respaldados, seja pela apreensão dos mesmos em relação ao modo que ocorre a produção e comercialização existente, em que prevalece a individualidade, competitividade e a conseqüente exclusão social.

Nesse cenário de grandes transformações no mundo do trabalho, vem avançando o número de cooperativas, associações e grupos informais, como forma de os sujeitos poderem gerar trabalho e renda, visando a sua sobrevivência, em razão do desemprego em massa resultante do avanço tecnológico estar ocupando os espaços de trabalho. E nesse contexto é válido problematizar a importância do Serviço Social enquanto processo interventivo que pode colaborar com a materialização da autonomia e fortalecimento dos trabalhadores com base nos princípios cooperativistas e da economia solidária.

2 – Processo de Trabalho do Assistente Social junto ao Cooperativismo e Economia Solidária.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2007), o Serviço Social nasce intimamente vinculado com as iniciativas da Igreja, como uma estratégia de qualificação, principalmente feminina, para atender os sujeitos abastados da sociedade, com a intencionalidade de dinamizar a missão política da igreja com a classe subalterna e, particularmente, junto à família operária. O Estado passa a ser um agente incentivador dessa estratégia, ampliando os meios de enfrentamento da questão social, consolidadas por meio de políticas sociais

Pode-se considerar que o objeto de trabalho dos assistentes sociais é a questão social e suas múltiplas expressões, manifestadas em diversos contextos e situações – com criança e adolescente, idosos, violência contra a mulher, desemprego, entre outros –.

Iamamoto (2007) esclarece que investigar a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho profissional, no qual se pretende induzir e pulsionar a um processo de transformação.

O assistente social torna-se um mediador das relações entre capital e trabalho com fundamentações metodológicas e técnicas operativas que viabilizam a emancipação do sujeito. O Serviço Social pode ser tratado como uma tecnologia Social, e o profissional como mediador da prestação de serviços sociais em instituições que programam políticas sociais específicas,

[...] poder-se-ia afirmar que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora [...]. Porém, como o processo reprodução das relações sociais é, também, o processo de reprodução das contradições fundamentais que as conformam, estas se recriam e se expressam na totalidade das manifestações do cotidiano da vida em sociedade (IAMAMOTO, CARVALHO, 2007, p. 94).

A assistente social passa a ser um profissional responsável, principalmente por aqueles que se encontram excluídos e que menos podem usufruir das ideias neoliberais atuantes na contemporaneidade, com vistas a estar utilizando de seus eixos teórico metodológico, ético-político e técnico operativo, para dar todo suporte que esteja dentro de suas possibilidades e limites para um atendimento de qualidade e comprometido com a transformação social.

O profissional torna-se agente que atua com e nas mediações, trabalhando no plano das representações da população, usando estratégias para superar o nível singular da prática e, no processo de intervenção, possibilitando assim a articulação das forças e os sujeitos presentes.

A partir das considerações, nota-se a importância da categoria mediação para o trabalho do assistente social, como meio de intervir nas suas atribuições profissionais e, principalmente, para intervir nas categorias entre capital e trabalho. Nesses dois eixos – capital e trabalho – se expressam as expressões da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social e consideravelmente em meio a Economia Solidária, por estar vinculada ao cooperativismo, onde ambos lutam por uma sociedade norteada por princípios que prezam a solidariedade, cooperação, democracia e justiça social.

O Serviço Social lentamente vem ocupando espaço de trabalho em Incubadoras Universitárias, mencionadas como novas tecnologias sociais reportando-se ao assistente social enquanto profissional que pode assessor empreendimentos econômicos solidários (grupos informais, associações e cooperativas) existentes e em implantação. O assistente social é um dos profissionais que forma a equipe técnica para viabilizar essa assessoria e viabiliza a inserção dos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social em experiências associativistas e/ou cooperativistas que constituem a Economia Solidária, pois possibilitam o aumento de renda individual e, conseqüentemente familiar, fazendo com que os trabalhadores, provavelmente, saiam de um estágio de extremidade de exclusão e marginalização social.

Essas experiências coletivas podem estimar tanto os sujeitos quanto às atividades desenvolvidas por eles, colaborando para a socialização diante do processo de trabalho realizado. O trabalho desenvolvido pelo assistente social objetiva o processo de inclusão socioeconômica dos trabalhadores que estão excluídos do mercado formal de trabalho (GOERCK, 2009).

O profissional do Serviço Social identifica os empreendimentos econômicos solidários centrados ao contexto das novas demandas e de novos espaços sócio ocupacionais para os assistentes sociais. Dessa forma, a Economia Solidária torna-se um espaço privilegiado para ação profissional envolvida com os interesses e necessidades das classes populares.

O assistente social chamado para intervir profissionalmente em uma organização de Economia Solidária deve ter em sua ação a busca pelo fortalecimento das experiências e fortalecimento da autonomia dos trabalhadores (NASCIMENTO, 2007). Refere-se que o assistente social de acordo com Goerck (2006), possui princípios que vão ao encontro ao posicionamento a favor da igualdade e equidade social, pois possuem opção por um projeto social, vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. Destaca-se que:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas. Questão social que também sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõe. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham a os assistentes sociais,

situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 28).

Enfatiza-se a contribuição do profissional com os trabalhadores e os empreendimentos econômicos solidários, em razão deste ser uma alternativa a geração de trabalho e renda para quem está excluído do mercado formal de trabalho. Pontua-se que os profissionais do Serviço Social buscam inserir pessoas excluídas do mercado formal de trabalho em atividades geradoras de trabalho e renda, pois, “um dos aspectos centrais da questão social, hoje, é a precarização das relações de trabalho” (IAMAMOTO, 2007, p. 115). Em qualquer campo de trabalho o assistente social possui relativa autonomia para desenvolver suas atribuições, ou até mesmo irá deparar-se com limitações que partem dos próprios usuários, impondo certas resistências, diante da intervenção do assistente social:

Dispondo sobre a relativa autonomia na efetivação do seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso aos seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõe o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o processo de trabalho do qual ele participa (IAMAMOTO, 2007, p. 63).

Em empreendimentos econômicos solidários – sendo este ainda um campo recente para os assistentes sociais – pode-se considerar que a categoria, auxilia na formação de grupos de geração de trabalho e renda ou enquanto assessor junto a associações ou cooperativas, geralmente por intermédio de outra instituição.

Geralmente as assessorias são executadas por meio de prefeituras e incubadoras universitárias tecnológicas. Porém, em qualquer espaço técnico operativo, as limitações irão aparecer, seja em instituição pública ou privada, o grande desafio profissional seria a mediação das relações entre instituição e sujeito atendido.

Em algumas situações os sujeitos estão tão habituados com a realidade social e econômica, que acabam se tornando resistentes ao trabalho do assistente social. Outro entrave reside na questão do retorno financeiro em empreendimentos econômicos solidários, ou seja, o processo de recebimento não chegar imediatamente, e sim após um

tempo de dedicação e persistência, em razão do sistema capitalista predominar. Nesse sentido, para o assistente social poder exercer um trabalho de qualidade, não parte somente de si, mas também da instituição que trabalha, pois de acordo com Iamamoto (2007), mesmo que o Serviço Social seja regulamentado como uma profissão liberal na sociedade, não se realiza como tal, pois não possui todos os meios pertinentes para a efetivação de suas atividades, financeiras, técnicas e humanas, imprescindíveis ao exercício profissional autônomo:

Parte dos meios ou recursos materiais, financeiros e organizacionais, necessários ao exercício desse trabalho são fornecidos pelas entidades empregadoras. Portanto, a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira (IAMAMOTO, 2007, p. 63).

Dessa forma, cabe destacar que o assistente social, mesmo sendo considerado autônomo, enfrenta questões que limitam seu processo de trabalho. Em empreendimentos econômicos solidários, isso não é diferente, pois como uma instituição, deve dispor de materiais necessários para o assistente social exercer suas atividades. Por exemplo, se for desenvolver uma dinâmica ou formar um grupo, necessita de espaço físico, material permanente e de expediente, sendo que nem sempre é possível, em razão da precarização ainda existente nos grupos autogestionários em razão do pouco incentivo, municipal, estadual e federal para estes.

Assim, o profissional do Serviço Social trabalha na busca de uma nova sociedade e, ao mesmo tempo, por meio do seu trabalho pode contribuir com a manutenção do capitalismo quanto não ciente de suas ações. Quando trabalha para desenvolver grupos de economia solidária, contribui para que os trabalhadores se unam em favor do não assalariamento em prol da geração de trabalho e renda. Ao mesmo tempo destaca-se que pode contribuir com a falta de responsabilidade do Estado diante da criação de empregos deixando os sujeitos a mercê de alternativas precárias que geram a minimização do Estado.

Diante dessa realidade, o assistente social tem a relativa autonomia, pois seu trabalho está à mercê também do que espera a instituição na qual ele está inserido. Além disto, não pode-se perceber no cotidiano de trabalho profissional apenas o espaço de

execução das políticas públicas, pois quando o trabalho é reduzido a isto, perde a dimensão crítica do projeto profissional.

Embora o espaço da Economia Solidária possa parecer contraditório, na atualidade, os postos de trabalho estão cada vez tornando-se mais escasso, e como já mencionado o desemprego é uma das expressões da questão social mais preocupante na contemporaneidade.

Cabe aos assistentes sociais inserir os usuários, não somente nas políticas sociais existentes, pois estas não são suficientes, mas também em alternativas de geração de trabalho e renda. Salienta-se que a contradição existe em todos os espaços sócio-ocupacionais e que a emancipação do sujeito é primordial para que este não se torne somente dependente das políticas redistributivas e assistencialistas providas pelo Estado.

Segundo Barbosa (2007), considerando as poucas chances de inserção produtiva, para um contingente de trabalhadores – principalmente os de baixa renda –, o desenvolvimento de empreendimentos, mesmo que em condições extremamente precárias, de base artesanal e com baixa produtividade tornam-se essenciais como único recurso para provimento de vida individual e coletiva.

Mesmo que a inserção de pessoas que se encontram excluídas do mercado formal de trabalho seja uma forma de estar proporcionando melhores condições de vida para os autogestionários, o que se tem hoje na narrativa central da Economia Solidária seria a cooperativização e os valores anticapitalistas.

Pode-se concluir que a economia solidária possui estratégias obscuras para enfrentamento e ganho de posição na luta das cooperativas, por falta de acesso e apoio do Estado frente às empresas (BARBOSA, 2007).

Por esse motivo, torna-se relevante fomento orçamentário e técnico em prol do fortalecimento dos empreendimentos, para que estes possam realmente possuir subsídios de enfrentamento ao capitalista.

Por meio dos empreendimentos econômicos solidários, os sujeitos passam a valorizar tanto os sujeitos quanto às atividades desenvolvidas por estes, contribuindo para a socialização diante do processo de trabalho realizado.

O trabalho desenvolvido pelo assistente social, objetiva o processo de inclusão socioeconômica dos trabalhadores (GOERCK, 2009). Frente à contradição existente, ao

mesmo tempo em que se compreende que o processo de exclusão é inerente ao sistema, entende-se que a intervenção do assistente social, bem como as experiências de Economia Solidária e o seu Programa Social, objetivam a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, de modo que estes usufruam de cidadania.

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e incluso no processo de (re) produção das relações sociais, assumindo como objeto de trabalho a questão social e suas manifestações. Quando o assistente social intervém no real, diante das manifestações da questão social, entretanto, tem como intencionalidade a superação ou a transformação desta realidade. (GOERCK, 2009, 388).

O assistente social não pode se ater somente aos aspectos pontuais dos empreendimentos econômicos solidários, deve relacioná-los de modo que compreenda os aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e ideológicos, tendo consciência de que o seu trabalho está incluso na totalidade e na realidade social (GOERCK, 2009).

A partir dessa perspectiva, deve-se ter claro que os empreendimentos econômicos solidários surgiram por iniciativa própria, por instituições de apoio ou até mesmo governamental, com o propósito de gerar trabalho e renda, diante das expressões da questão social.

Faz-se necessário, no entanto, que o assistente social articule os empreendimentos que constituem a Economia Solidária com seu respectivo programa social, bem como com os outros programas, projetos e políticas sociais, objetivando contribuir com a melhoria das condições de vida destes sujeitos e com a viabilidade dos empreendimentos coletivos. O Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento tem por meta contribuir para o bom êxito das experiências coletivas de geração de trabalho e renda, visando à transformação da realidade das comunidades e dos sujeitos que estão incluídos nestas experiências (GOERCK, 2009, p.390).

Dentro das possibilidades de intervenção do profissional do Serviço Social, tem-se, como já referido, o auxílio no fortalecimento, autonomia, assessoramento por meio de Incubadoras Tecnológicas e o encaminhamento dos cooperados de empreendimentos econômicos solidários nas políticas públicas oferecidas pelo governo Federal.

O “desenvolvimento da autonomia é um processo de negação da tutela e da subalternidade pela mediação da afirmação da própria palavra e da construção das decisões sobre seu próprio destino” (FALEIROS, 2006, p. 62).

Segundo Faleiros (2006), o processo de ação ou intervenção profissional não se molda num conjunto de passos preestabelecidos. Exige profunda capacidade teórica para estabelecer os pressupostos da ação, uma capacidade analítica para entender e explicar as particularidades das conjunturas e situações, uma capacidade de propor alternativas com a participação dos sujeitos na intrincada trama em que se correlacionam as forças sociais e em que se situa inclusive o assistente social. Outra questão importante para a intervenção profissional é a sua criatividade para executar sua intervenção, pois:

[...] se reconhecermos que o contexto atual exige o trabalho interdisciplinar e o uso de estratégias alternativas e criativas, lembremos que criatividade é um dos critérios de cientificidade. Diante disso, devemos garantir que estes processos permeiem, de forma cada vez mais significativa, a formação profissional. Logo, mediações que exercitem a sensibilidade e a criação podem propiciar o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício de algumas atribuições ou competências que precisam ser solidificadas na formação (PRATES, 2007, p. 223).

A arte, segundo Prates (2007), torna-se um elemento gratificante na hora de refletir a respeito da intervenção em uma demanda específica “A arte, portanto, expressa valores e concepções históricas, modos de vida, sentidos e significados atribuídos aos fenômenos pelos sujeitos que os vivenciam e os interpretam” (PRATES, 2007, p. 224). Ressalta-se que:

A arte é importante instrumento de reprodução do ser social. Expressamos – através do traço, da cor, do som, dos gestos – sentimentos, valores, hábitos, costumes, indignações, paixões, modos de ver o mundo, a vida, a nós mesmos e materializamos na pintura, na dança, na culinária, na escultura, na dramatização, na arquitetura, na música, nossas objetivações, em parte histórica e socialmente construídas, em parte histórica e socialmente determinadas, possibilitando que sejam apreendidas pela razão e sensibilidade do outro; mas, por outro lado, reduzimos também o sentido estético, o gozo humano do belo, do bom, do confortável, quando nossa sensibilidade é alienada (PRATES, 2007, p.240).

Os grupos de convivência podem fortalecer a liberdade de expressão dos sujeitos, pode-se a partir deste extrair situações que devem ser investigadas para medidas cabíveis que levem a transformação e mediação. Nesse sentido, tornam-se de grande valia aliar estratégias e instrumentos a arte, para sensibilização da real situação vivida pelo usuário, que em alguns momentos podem manifestar angústias em simples

gestos que devem ser percebidos e investigados. O instrumental utilizado para prática interventiva do assistente social junto aos empreendimentos não diferem dos executados em outros espaços – visita domiciliar, palestra, entrevistas, grupos operativos, projetos, etc –.

Considerações finais

Conclui-se que o profissional do Serviço Social, dentro de suas possibilidades e limites em qualquer campo técnico-operacional, deve realizar todas as medidas que estiver ao seu alcance para proporcionar a seus usuários melhoramento da expectativa de vida e olhar sobre a realidade em que está inserido. Sendo a Economia Solidária alternativa de geração de trabalho e renda, que viabiliza contato direto com sujeitos que necessitam de espaço para reflexão crítica, nesse espaço torna-se essencial o diálogo quanto à importância da união, cooperação e solidariedade enquanto construtora de emancipação, autonomia e fortalecimento.

Pode-se considerar também que o assistente social torna-se fundamental no auxílio para a transformação social, pois possui particularidades interventivas e olhar sobre o sujeito que se diferencia de outras profissões à medida que possibilita cada ser humano ser respeitado e reconhecido, a partir do que é, e não pelo que possui, pois o assistente social tem compromisso com a valorização do ser humano e não na sua banalização. Esta visão se torna equivalente com a da Economia Solidária, posto que em que qualquer circunstância coloca o ser humano em primeiro lugar dentro de seus interesses, pois preocupa-se com seu bem estar e dignidade para que este torne-se um cidadão construtor de direitos. O assistente social acaba vinculando-se por meio de sua ação técnico-operativa e mediadora que acaba viabilizando a efetivação dos direitos sociais e contribuindo para o fortalecimento e autonomia dos empreendimentos econômicos solidários, que hoje, são um meio de estar proporcionando renda por meio de práticas solidárias.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. In: ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon (orgs). **Trabalho, Território, Cultura: Novos prismas para o debate das Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEDECA, Cláudio. As mudanças no sistema das relações de trabalho. In: Diplô Brasil: **Caderno de Debates do Lê Monde Diplomatique**. Edição brasileira – especial nº 1: Globalização e mundo do trabalho. A Caminho do Fórum Social Mundial, set. 2000, p. 4-6.

DRUCK, M. G. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. Um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

FALEIROS, Vicente da Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FRANTZ, Walter. Organizações solidárias e cooperativas: Espaços de educação e bases da Economia Solidária. Série Economia Solidária. **Caderno n. 3**. Ijuí: Unijui, 2006.

GAVIRAGHI, Fábio Jardel. **Empreendimentos de Economia Solidária: caminhos da (in) visibilidade?** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

GOERCK, Caroline. **Processos de trabalho na Economia Popular Solidária: uma forma diferenciada do trabalho coletivo no Vale do Rio Pardo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

_____. **Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul**. Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós Graduação, Doutorado em Serviço Social. PUCRS, 2009. (Tese de Doutorado).

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 20.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acesso em: 3 de março de 2011.

NASCIMENTO, Aline Fátima do. Economia Popular Solidária: Alternativa de Geração de Trabalho e Renda. In: II SEMINÁRIO (RE) PENSANDO O TRABALHO NO CONTEXTO PRODUTIVO ATUAL, 2007, Passo Fundo. **Tópico Temático Novas Formas de Organização do Trabalho e de Geração de Renda**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2007. Disponível em: <<http://www.upf.br/semgiest/download/artigos/area1/4.pdf>> Acesso em: 3 de outubro de 2009.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A nova problemática do trabalho e a ética**. In: TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

PEREIRA, Potyara. A.P. **Política Social: Temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

PRATES, Jane Cruz. A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre v. 6 n. 2, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2313/3244>. Acesso em: 25 de outubro de 2010

RECH, Daniel. **Cooperativas**. Uma onda legal. Rio de Janeiro, 1991. (Coleção Socializando o Conhecimento, n. 8) In: GOERCK, Caroline. Processos de trabalho na Economia Popular Solidária: uma forma diferenciada do trabalho coletivo no Vale do Rio Pardo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

SINGER, P; SOUZA, A. R. (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, André Ricardo de Souza. **Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho**. In: SOUZA, André Ricardo *et al.* (Org.). In: Uma outra Economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária. São Paulo: Contexto, 2003.

TEIXEIRA, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.